

FILOLOGIA E FILOSOFIA NA NOMENCLATURA GRAMATICAL¹

Bruno Fregni Bassetto (USP)

RESUMO

Dionísio Trácio, alexandrino, no séc. II a.C. escreveu a primeira "gramática" do mundo ocidental. Nessa primeira codificação dos fatos da língua, usou terminologia filosófica, já que para eles o conhecimento da língua deveria servir a uma mais clara expressão da filosofia. É óbvio que, sem conhecimento do conteúdo filosófico da terminologia gramatical originada, torna-se difícil entendê-la. Isso explica a grande variedade de interpretação dessa nomenclatura no decorrer dos séculos seguintes. Reflexos desse fato temos até hoje em nossas gramáticas, em que a relação entre significante e significado ficou muitas vezes opaca, contraditória e até absurda. Urge, por isso mesmo, retornar às origens da nossa terminologia gramatical, através de um trabalho filológico acurado e profundo, no intuito de remover a poeira de séculos acumulada, de modo a restituir a essa nomenclatura a transparência inicial, naturalmente adaptada à nova situação. Urge que esse trabalho seja feito levando-se em conta também o ensino da língua, sobretudo eliminando as muitas incoerências atuais. Este trabalho pretende ser apenas uma pequena contribuição nesse sentido.

Palavras-chave: Filosofia, filologia, nomenclatura gramatical

A nomenclatura técnica de toda ciência, cujas raízes remontam aos primórdios da nossa cultura, possui uma longa história, que precisa ser levada em consideração sempre que for necessário atualizá-la ou modificá-la por alguma razão. A nomenclatura gramatical do Ocidente originou-se da especulação dos gregos, fato que não pode e não ser esquecido sempre que se trata de entender, interpretar ou alterar algo nesse campo.

As primeiras preocupações com as questões de linguagem encontram-se, entre os gregos, nos sofistas do séc. V a.C.. Suas observações mesclam-se, em geral, com elucubrações filosóficas e eram feitas sempre em função de uma expressão mais clara do pensamento. Assim, compreende-se que a evolução até ao estudo específico do idioma tenha sido lenta. Note-se ainda que as atenções dos gregos di-

¹ Trabalho apresentado no III Encontro Nacional com a Filologia, promovido pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos na Academia Brasileira de Letras, em maio de 2004.

rigiram-se especificamente para sua própria língua, usual e concreta, e não para os problemas gerais da linguagem humana. Esse fato é claro já na primeira sistematização gramatical grega, a *Τεχνη Γραμματικη* de Dionísio Trácio (170-90 a.C.), em que não se encontra qualquer referência a outras línguas. O caráter helenocêntrico da reflexão gramatical vai persistir em todos os tratadistas posteriores, embora muito cedo a gramática de Dionísio Trácio tivesse tido uma versão armênia. Sem dúvida, os gramáticos gregos conheciam outras línguas, mas é muito raro que isso transpareça em seus escritos. Assim, Filoxeno, lexicógrafo alexandrino do séc. I a.C., escreveu um tratado sobre o *Dialeto dos Romanos*, em que o latim é considerado um “dialeto grego” do tipo eólico. Entretanto, os autores gregos só tratam de seu próprio idioma, do qual, porém, conheciam os vários dialetos. O ponto de referência sempre foi a *κοινη* escrita e todas as particularidades dialetais consideradas desvios.

Desse modo, formou-se uma tradição muito viva em torno dessa norma escrita, que foi cultivada nos mios bizantinos mesmo durante a Idade Média, e que se encontra nos tratadistas desde Dionísio Trácio, passando por Apolônio Díscolo (séc. II d.C.), Herodiano (séc. II d.C.), Apolônio Alexandrino, Georgius

Choeroboscus, Sofrônio Alexandrino (ambos do séc. VI d.C.), Stephanus (início do séc. VII), Teodorus Prodromus (séc. XII) e Constantinus Lascaris (séc. XV), entre outros. Destarte, o gramático grego é de fato um helenista, que estuda sua própria língua e suas variantes observadas nas obras da tradição literária, escrita, de todos os gêneros, inclusive a filosófica.

Esse helenocentrismo está claramente enunciado na definição de gramática de Dionísio Trácio, segundo a edição crítica de Gustav Uhlig:

Γραμματικη εστιν εμπειρια των παρα ποιηταιν και συναφεισιν ωθ το πολυ; λεγομενων.

Gramática é conhecimento empírico daquilo que comumente é dito pelos poetas e prosadores.

O objeto de estudo do gramático é, portanto, o fato lingüístico observado na língua escrita, o fato comum, não tanto as ocorrências

raras; note-se que a expressão $\omega\theta\forall\ \tau\omicron;\ \pi\omicron\lambda\upsilon;$ é de Aristóteles, designando o que se produz e se encontra “com mais freqüência”. As implicações filosóficas e filológicas dessa definição provocaram muitas discussões ao longo dos tempos, sobretudo entre os comentaristas, denominados *escolíastas*. Entre outros aspectos, o considerar a gramática, isto é, o estudo das *letras*, com as quais se representa a língua na escrita, seu objeto próprio e específico, como “conhecimento empírico” ($\epsilon\rho\mu\pi\epsilon\rho\iota\tau\omega\alpha$), revela a orientação alexandrina de Dionísio. Lembre-se que Dionísio, em que pese seu apelido, é natural de Alexandria, onde foi discípulo de Aristarco de Samotrácia (217-145 a.C.), denominado $\omicron\theta\ \gamma\rho\alpha\mu\mu\alpha\tau\iota\kappa\omicron\tau\omicron\upsilon\forall$, “o maior dos gramáticos”, de quem certamente hauriu seus conhecimentos. Transferiu-se depois para Rodas, como professor de literatura e de gramática. Sem dúvida, a posição filosófica dos alexandrinos o levou a considerar seus estudos gramaticais como $\epsilon\rho\mu\pi\epsilon\rho\iota\tau\omega\alpha$. Contudo, um contemporâneo seu, Asclepiades de Mirléia, talvez apenas uma geração mais jovem, alterou a definição de Dionísio, substituindo $\epsilon\rho\mu\pi\epsilon\rho\iota\tau\omega\alpha$ por $\tau\epsilon\pi\chi\gamma\eta$, “arte”. É o que nos refere Sextus Empiricus, médico e filósofo cético do séc. III d.C., em $\text{Προ};\forall\ \text{Μαθηματικου}\forall$, “Contra os Matemáticos.”

Conclui-se daí que começou bem cedo a discussão do problema da posição epistemológica dos estudos na linguagem no quadro das ciências. A base das classificações é a distinção estabelecida por Platão (*Górgias*, 465a) e depois por Aristóteles (*Metafísica*, A1, 981 a 1-982-3; *Nicômaco*, VI, 3-4; 1139b. 14 ss) entre $\epsilon\rho\mu\pi\epsilon\rho\iota\tau\omega\alpha$, “conhecimento empírico”, $\tau\epsilon\pi\chi\gamma\eta$, “arte”, e $\epsilon\rho\pi\iota\sigma\tau\eta\tau\eta\mu\eta$, “ciência”. Representam três graus de conhecimento, em ordem sem dúvida crescente: o “conhecimento empírico” é o que se adquire pela experiência, tendo caráter somatório; a “arte” supõe uma elaboração dos dados experimentais através da indução. Aristóteles a define (*Nicômaco*, 1140^a11) como “a arte é um hábito produtivo, acompanhado de um pensamento verdadeiro”. E a ciência é o conhecimento daquilo que é necessário, sendo, portanto, um “hábito demonstrativo”, devendo proceder dedutivamente a partir de princípios universais.

Se no campo teórico tais distinções são estabelecidas com facilidade, na prática surgem muitos problemas, mais agudos no campo multifacetado da linguagem. O próprio Dionísio Trácio não se a-

teve às citadas distinções. Enquanto na definição fala da gramática como εμπειριτωα, refere-se à sexta parte dessa mesma gramática como τεσχηνη:

Ε[κατον (μεσρον), κρισισΥ ποιημαστων, ο{ δη; κασλλιστωσν εφστιν πασντων τωσν εφν τησ/ τεσχηνη.

A sexta (parte) consiste na crítica dos poemas, a mais bela de todas as partes da arte.

Essa discrepância do primeiro gramático levou alguns pósteros a corrigir o enfoque da definição. Vejamos, como exemplo, o que escreveu Demetrius Chlorus, segundo nos legou Sextus Empiricus, ao refazer a definição de Dionísio Trácio:

Γραμματικησ εφστι τεσχηνη τωσν παρα; ποιηταισΥ τε και; τωσν κατα; τη;ν κοι- νη;ν συνησθειαν λεσξεσων ειδησιΥ. (Προ;Υ Μ αθηματικουσΥ, 74)

Gramática é a arte do que se encontra nos poetas e o conhecimento das palavras de uso comum.

Deixando de lado outras diferenças significativas entre essas duas definições, note-se que a gramática é elevada por Chlorus à condição de “arte”, por ser um hábito produtivo, acompanhado de um pensamento verdadeiro, segundo a definição aristotélica. Assim também a consideram os escoliastas, alguns dos quais muito antigos. Vários deles acompanham sempre o texto muito conciso de Dionísio Trácio, desde o séc. IV; em sua edição crítica, Gustav Uhlig agrupou-os em quatro blocos, denominados “suplementos”. Interessamos aqui os do segundo bloco, rotulados Περι; τεσχηνη, *Sobre a Arte*, conforme constam em *Grammatici Graeci* (I, 1, p. 105-132). Ali as artes são divididas em dois tipos: λογικαισ, da linguagem, e πρακτικαισ, de ação. Nessa classificação, obviamente a gramática se inclui no primeiro tipo, juntamente com a retórica e a filosofia.

A mais comum entre os escoliastas, porém, é a divisão da arte em quatro classes: a) θεωρετικαισ, de especulação, cujo exemplo dado é a astronomia; b) πρακτικαισ, de ação, como a estratégia, por exemplo; c) ποιητικαισ, de produção, como a estatuária; d) μικταισ, mistas, como a medicina. Nesse contexto, a gramática é incluída entre as artes mistas, como “irmã” da medicina. A razão dessa associação da gramática com a medicina varia bastante de um

documento a outro. Deixando de lado certas explicações fantasiosas, verifica-se que os comentaristas chegam a estabelecer certos paralelismos razoavelmente coerentes entre medicina e gramática: assim, sob o aspecto especulativo, a prescrição de um regime médico equivaleria aos ensino das regras gramaticais; na medicina usa-se o escalpelo ou o bisturi para eliminar abscessos, e no ensino da língua emprega-se a caneta para fazer correções; na produção, à fabricação de drogas medicinais corresponderia a disposição das palavras, segundo as regras da arte e da metrificação para se compor o verso. Essa última comparação, encontrada *ipsis litteris* em vários comentaristas, além de comprovar que eles se copiavam sem qualquer restrição, sugere que o autor deve ser gramático antes de ser Poeta, já que é indispensável dominar, primeiramente, as regras da quantidade vocálica, base da poesia clássica grega, para compor corretamente os versos. E a quantidade silábica é, sem dúvida, domínio indiscutível do gramático.

Para fundamentar solidamente a classificação da gramática como arte, os escoliastas estudaram longamente os mais diversos aspectos do problema, em que não faltam considerações de caráter filosófico, como causas, princípios, matéria, finalidade etc. Começam pela definição de arte, que remonta aos estóicos e que os escoliastas geralmente aceitam, como a seguinte encontrada em *Grammatici Graeci* (Vol. I, 1, p. 115):

Τεχνη εφστι συστημα εφκ καταληψεων εφγγεγυμνασμεων
νων προϋν τι τεπλοϋ ευ[χρεστον εφν τωε/ βιωω/

A arte é um conjunto de percepções comprovadas dirigidas para alguma finalidade útil na vida.

Dessa definição infere-se que a arte é considerada algo complexo, como resultado de um processo cumulativo de experiências anteriores, devidamente assimiladas e depuradas por meio de um aprimoramento contínuo. Trata-se, portanto, de uma tradição, aceita e melhorada de geração em geração, da mesma forma que a língua é uma herança. Não seria, porém, incorreto ver aí um certo direcionamento da definição, já que nenhuma outra arte está tão ligada à tradição como a gramática, nascida dos estudos filológicos dos textos dos grandes clássicos, sobretudo Homero. Esse aspecto, entretanto, não

descaracteriza nem compromete a definição proposta, porque ela é coerente com o enfoque geral da abordagem dos escoliastas.

A definição requer ainda que a arte tenha um caráter útil concreto (ευ[χρηστον]), aspecto que distingue a arte verdadeira (τεπχωνη) da falsa, qualificada por κακοτεχνηπα, ou seja, “artifício”, “fraude” e até “mau gosto”. E a finalidade (τεπλοϕ), de que fala a definição, constitui o elemento unificador de todos os procedimentos que devem vir a formar um conjunto orgânico (συπσσημα).

Há ainda outros aspectos particularmente interessantes que os escoliastas ressaltam com o objetivo de comprovar o caráter de arte da gramática e não apenas de conhecimento empírico. Assim, para eles a causa (αιφιτιπov) da gramática é a falta de clareza e a obscuridade (αφσασφεια), enquanto a finalidade da própria gramática (τεπλοϕ) consiste precisamente em eliminar essa obscuridade, tornando claro e compreensível aquilo que não o é. Daí se conclui que a arte da gramática não tinha uma finalidade em si mesma; não propunha hipóteses ou teorias, mas estudava o texto escrito, a κοινηπ literária. De fato Dionísio e seus comentaristas partiam da frase já construída, da sintaxe, e decompunham, analisavam e classificavam seus elementos constitutivos. Precisamente por terem como ponto de partida essa visão sintagmática, não sentiram a necessidade de tratar especificamente da sintaxe. Nesse perspectiva, entendem-se perfeitamente as seis partes nas quais Dionísio dividiu sua gramática, reflexo da filosofia do trabalho filológico dos alexandrinos dos séc. III e II a.C, cujo objeto é o texto, particularmente o poético.

Quando essa ligação direta do que se entendia por gramática com o texto se tornou mais tênue ou se esvaiu, perdendo-se com isso aquela visão eminentemente sintagmática, surgiu a necessidade do estudo específico da sintaxe. Isso vai ocorrer com Apolônio Díscolo, três séculos depois de Dionísio Trácio. Nesse ponto de vista, compreende-se também que os escoliastas considerassem o enunciado em geral (οθ γενικοπϕ λοπγοϕ) ou o texto escrito, compreendido na extensão de uma frase, como a *matéria* (υ{λη) da gramática; essa restrição era necessária para se chegar mais facilmente à finalidade da gramática, que consiste, segundo se lê em *Grammatici Graeci* (I, 113, 25) “δία; τουε εθλλενισμουε τα; αφσασφηε σαφηνιπσαι”

(“tornar claro o que é obscuro através da correção da língua grega”). Note-se que o termo εθλληνισμοσ, encontrado também em Ate-neu, Estrabão e Apolônio Díscolo, significa “propriedade dos termos gregos” como também “emprego correto da língua grega”.

Em todas essas considerações gramaticais, ou seja, do estudo da língua grega, é patente a presença de uma considerável herança filosófica. A filosofia de Platão, de Aristóteles e dos estóicos forneceu a fundamentação lógica e terminológica para a divisão da frase em diferentes espécies de termos, para a fixação teórica dos casos nas declinações, das formas verbais sob ângulos aspectuais e para as relações lógicas entre as frases que compõem um período complexo. Assim se explica que grande número de termos filosóficos foi tomado pelos gramáticos para aplicá-los em suas definições e descrições. São exemplos as noções fundamentais de sujeito (υθποκειτωμενον) e predicado (κατηγορημα), ainda hoje em voga e para os quais ainda não encontraram designações mais adequadas, que as pudessem substituir. As *Categorias* de Aristóteles forneceram subsídios particularmente valiosos para os estudos gramaticais. Assim, são de origem filosófica os termos “substância” (ουφσιτω), “relação” (προ; τι), “qualidade” (ποιων ου ποιωτη), esta também corrente entre os estóicos, συνπαρεποτωμενα ου συμβεβηκοτω, que os gramáticos latinos difundiram traduzindo por “acidente”, διατωθησι, “disposição”, οφρισμοσ, “definição” e “determinação”, δυωναμι, “valor”, e obviamente λωγο, de múltiplas acepções como “palavra”, “proposição”, “obra escrita”, “literatura”, “razão” etc. Séculos de reflexão filosófica fixaram uma terminologia carregada de história, de conotações e matizes semânticos, da qual os estudiosos da língua lançaram mão para a fixação da metalinguagem indispensável a seus estudos.

Contudo, os gramáticos usaram essa terminologia filosófica com muita liberdade e grande flexibilidade, de modo que nem sempre é possível relacionar claramente o termo filosófico com o gramatical correspondente ou com a corrente filosófica fornecedora. Por exemplo, o conceito básico de “nome” é definido por Dionísio Trácio, no capítulo 12, 1.1, como “uma parte da frase com caso, que designa um corpo (σωμα) ou uma ação (πραγωμα); no capítulo 11, 76 e 78, porém, define o nome como “aquilo que significa uma substân-

cia (ουφσιαν σημαιονον), e que pode ser própria (ιφδιπαν) ou comum (κοινητων). Apolônio Díscolo caracteriza o nome geralmente como “qualidade” (ποιωπητν);; mas ao tratar dos pronomes, em Αφντωνομια, 27,9, fala de “substância com qualidade” (ουφσιπαν μετα; ποιωπητον). Sem dúvida, “substância” remete ao aristotelismo, enquanto “qualidade” provém da terminologia do estoicismo. Na gramática latina, a influência grega é clara e indiscutível: *nomen* é *substantivum* ou *adjectivum*, em que são subjacentes os conceitos de “substância” e de “qualidade”. Os ecos desse fundo filosófico permanecem até hoje em nossa terminologia gramatical.

Em conclusão, filosofia e gramática, esta entendida conforme a acepção grega, estão intimamente relacionadas, porque as primeiras reflexões sobre a linguagem surgiram como decorrência do pensamento filosófico. Os estudos filológicos dos textos clássicos pelos alexandrinos, nos séc. III e II a.C. levou lentamente à sistematização dos critérios para sua correta leitura e interpretação. Nessa sistematização, fez-se uso de um sincretismo filosófico, em que se conservaram as marcas das respectivas correntes filosóficas.

Contudo, em que pesem essas divergências de pouca monta, nossa nomenclatura gramatical é, ainda hoje, fundamentalmente a mesma. Infelizmente, porém, os 2.200 anos de história acumularam desvios, acréscimos e descaminhos, que lhe tiraram a transparência. Frequentemente é difícil perceber a relação significante-significado dos termos, uma vez que foram mal entendidos ou mal aplicados. Por isso, urge buscar a transparência perdida, caso se queira proceder a uma reforma, recuperando a etimologia dos termos para se poder aplicá-los convenientemente. Urge torná-los claros para a compreensão e assimilação dos milhões de estudantes de todos níveis, muitos e muitos dos quais não conseguem analisar sintaticamente um período por não dominarem a denominação das partes componentes.

Para exemplificar, vejamos o conceito de *pronomie*, um dos mais opacos e confusos da nomenclatura de nossas gramáticas. Nesse processo, é preciso partir das primeiras atestações do termo, encontradas obviamente na conhecida Τεπχνη Γραμματικη de Dionísio Trácio. No capítulo XVII, trata dos pronomes, dando a seguinte definição:

Αφντωνομινα εφστι λεξιϽ αφντι; οφνοσηματοϽ παραλαμβον
ομεπη, προσωπων ωθρισμεπων δηλωτικη.

Pronome é uma palavra empregada no lugar de um nome, revelando pessoas definidas.

Por ser a primeira definição do pronome, pelo menos a que chegou até nós, é preciso analisá-la acuradamente. Note-se inicialmente que o pronome é uma palavra que substitui um nome, ou seja, um nome que substitui outro nome; sua função é, portanto, vicária. A palavra latina correspondente, e através dela a das línguas ocidentais, é um simples decalque do termo grego αφντιω = *pro*, “em lugar de” e ο[νομα = *nomen*, “nome”, donde “pronome”.

Em segundo lugar, ressalte-se que, pela definição de Dionísio Trácio, só são chamados pronomes os termos que designam as pessoas do discurso, isto é, a que fala, ou o emissor, e a que ouve, o receptor, que são as “pessoas definidas”. A etimologia de προσηπων remete ao fato de que há situações em que os nomes são excluídos da função de sujeito pela própria estrutura lingüística, pois os nomes têm como referente o assunto ou o tema do discurso e não seus agentes. Excluídos os nomes, a língua criou formas que os substituem nas duas primeiras pessoas, formas essas denominadas “pronomes”. Desse modo, em sentido absoluto e bem restrito, apenas εγωε e συ podem ser considerados pronomes, porque designam algo que temos diante dos olhos, isto é, algo evidente cujas características, por isso mesmo, não precisam de indicações formais na estrutura dos próprios vocábulos. Por isso, também, não contam com as marcas morfológicas de gênero e número, dados evidentes no contexto do discurso.

Apolônio Díscolo percebeu as características dessas formas pronominais, acrescentando que elas, em última análise, podem substituir apenas nomes próprios, de pessoas, uma vez que só nesses casos seria possível o “eu” ou o “tu” (Περι; συνταξεωϽ, 20,1-21). Pode-se, portanto, afirmar que para os gregos apenas essas formas eram verdadeiros pronomes, dentro do quadro do diálogo com suas características de bipolaridade, tanto que o adjetivo προσωπικαω, “pessoal”, inexistente na terminologia gramatical clássica grega, tanto que Προσωπικαι; αφντωνομιναι é expressão introduzida só modernamente na gramática grega.

Completando a definição, diz Dionísio Trácio que o pronome designa “pessoas definidas” (προσωπα ωρισμενα). As pessoas do discurso concreto, *hic et nunc*, são perfeitamente definidas em sua bipolaridade característica, como ficou dito acima. Por isso, as duas primeiras são também as únicas verdadeiras pessoas. Se usarmos o nome, saímos do âmbito da pessoa, daquilo “que temos diante dos olhos”, daquilo que é evidente. Daí não ser lógico nem coerente falar de “terceira” pessoa: não está diante dos olhos por não ser agente do diálogo. A polissemia e a ausência de univocidade do nome não permitem que exerça a função específica de προσωπον.

Estranhamente, porém, nem Dionísio Trácio nem Apolônio Díscolo, para ficarmos apenas com os pioneiros, respeitaram a definição apresentada. Dionísio cita προσωπα πρωτοτυπων με;ν εφγω, συ, ι (pessoas dos primitivos “eu”, “tu”, “ele”), representando o ι uma hipotética terceira pessoa. Muito curioso, porém, é que essa forma não foi encontrada em nenhum texto literário, nem mesmo em Homero. Esse fato leva a pensar que se trata de uma inovação mais tardia, ou talvez uma forma dialetal, ou ainda uma interpolação pela qual se procurou estabelecer uma simetria entre as duas primeiras pessoas, para as quais foi criado o termo *pronome*, e a não-pessoa, considerada como a terceira, cujo caráter essencial é dêitico, nada tendo de pronominal. Filologicamente, os manuscritos de Dionísio apresentam uma série de problemas e essa contraditória terceira pessoa pode ser uma interpolação, segundo tudo indica.

Em latim, *is*, *ea*, *id* e *ille*, *illa*, *illud*, cuja natureza dêitica é de fato muito mais clara que em seus correspondentes gregos, passam a representar essa não-pessoa, embora conservando claramente de início o caráter dêitico, posteriormente aos poucos obnubilado. Suas características etimológicas, porém, conservaram-se, como as variações de gênero e número, inexistentes nas duas primeiras pessoas. Ressalte-se mais uma vez a diferença formal e semântica entre as verdadeiras pessoas gramaticais e a não-pessoa, comumente identificada com a terceira.

Em resumo, a criação do termo “pronome” deveu-se às condições particulares da primeira e da segunda pessoa no discurso, segundo a visão dos gregos. Levados pela semelhança de forma e pela proximidade semântica, estendeu-se - indevidamente - o conceito de

pronome ao possessivo, considerada “espécie derivada” de pronome por Dionísio Trácio:

Αἰθ δε; παραγωγοι, ωθῶ πασαι κτητικαι, αιζ και; διπροσ σωποι καλουενται. παραγονται δε; ου{τωῦ: αφο; με;ν εθνικ ωεν αζ εζνα κτητωρα δηλουεσαι, ωθῶ αφο; τουε εφομυε εφμ οσῶ: αφο; δε; δυικωεν αιζ δυσο, ωθῶ αφο; δε; τουε νωει νωιω τεροῦ αφο; δε; πληθυντικωεν αιθ πολλουσῶ, ωθῶ αφο; ηθμει εῶ ηθμειωτεροῦ. (ιζ/, 18–22)

E os outros derivados, como todos os possessivos, que também são chamados bipessoais. Derivam-se do seguinte modo: dos singulares, os que indicam uma só possuidor, como de εφομυε, εφοσῶφ [“de mim”, “meu”]; dos duais, os que indicam dois, como de νωει, νωιωτεροῦ [“nosso”, “de nós dois” ou “para nós dois”]; dos plurais, os que indicam plural, como ηθμειεῶ de ηθμειεῶ [“nosso” de “nós”].

Esse texto de Dionísio levanta várias questões, a primeira das quais é se os possessivos podem ser considerados pronomes no sentido estrito e etimológico. Levando em conta que não substituem o nome, mas indicam apenas uma relação de posse com alguma das pessoas do discurso, não parece que se enquadram na definição de pronome dada acima. No pensamento dos primeiros gramáticos gregos, porém, seriam pronomes porque se relacionam semanticamente com um pronome, derivando-se dele, devendo ter por isso a mesma natureza, tanto mais que se relacionam sempre com as pessoas do discurso, para as quais se plasmou a designação de pronome. Contudo, não há qualquer substituição. As línguas clássicas, nas quais algumas idéias contidas nos casos, em particular no genitivo, permitem vislumbrar a possibilidade de considerar os possessivos como pronomes. Fazia-se a derivação dos possessivos a partir das formas do genitivo: vê-se essa posição na exemplificação de Dionísio, como também em Brugmann, em *Vergleichende Grammatik der Indogermanischen Sprachen* vol. II,2,pág. 403):

Die sogenannten Possessiva standen grösstenteils von uridg. Zeit her in engsten Beziehung zum Gen. der substantivischen Personalia. Es ist einerseits klar, dass substantivische Genitive aus Possessiven entstanden sind, z.B., lat. *mei, tui, sui, nostri, nostrum, vestrum* und ai. *asmákam, yushmákam*, andererseits aber auch dass Possessiva aus genitivische Formen entwickelt sind, z.B., lat. *tovos, sovos*, lit. *tāvas, sāvas*: lit. *manas*, lat. *meus* (...). Im zweiten Fall darum, dass die substantivisch als Gen. fungierende Form der Verwendung im Satz entsprechende klinationsendungen der o-Deklination bekommen hat.

Os assim chamados possessivos originou-se, em sua maior parte, desde a época primitiva do indo-europeu, em estreita relação como genitivo dos pessoais substantivos. De um lado, é claro que os genitivos substantivais se originaram dos possessivos, como por exemplo, lat. *mei, tui, sui, nostrum, vestrum* e o ant. indiano *asmákam, juschmákan*; por outro lado também é claro que os possessivos se desenvolveram das formas do genitivo, como por exemplo, lat. *tovos, sovos*, lit. *távas. sávas* ou lit. *manas*, lat. *meus*... No segundo caso, explica-se que a forma substantiva, que funciona como genitivo, recebeu as desinências casuais correspondentes, especificamente as da declinação em -o, no emprego da frase.

Se as línguas indo-européias sugerem ora o caminho genitivo > possessivo, ora o possessivo > genitivo, segundo Brugmann, é inegável a relação semântica e, geralmente, também formal entre as duas expressões. Também Apolônio Díscolo insiste na relação entre essas duas formas de expressão sob os dois aspectos (*Pronomes, 102,5*). Sendo o genitivo uma variante do pronome pessoal, com conteúdo equivalente ao do possessivo, compreende-se a extensão da denominação de pronome também a esse último. Com a perda das declinações nas línguas românicas, desvaneceu-se essa relação, ficando os possessivos com seu conteúdo específico, de indicar a relação de posse com uma das pessoas do discurso. Não substituindo nada, porém, não lhes cabe a classificação entre os pronomes.

Ainda em relação à definição do possessivo, tanto Dionísio Trácio como Apolônio Díscolo o chamam também de “bipessoal” (διπροσωποῖ), em oposição aos pessoais, ditos “monopessoais” (μονοπροσωποῖ). Segundo Díscolo, o termo teria sido criado por Dacro de Stratonicea, na Cária, predecessor e contemporâneo de Dionísio Trácio. Segundo Díscolo, os possessivos são bipessoais porque se referem a duas pessoas:

τοῦ τε κττοροφ καὶ τοῦ —πακουομῖνου κτματοφ (17,1)

a do possuidor e a da possessão subentendida.

Essa dupla relação não é clara e não foi explicada; por isso o termo não foi incorporado à nomenclatura gramatical. Por que estender a noção de “pessoa” à coisa possuída? O que significa de fato essa “possessão subentendida”?

Do exposto, vê-se que a gramática grega primitiva conhecia apenas dois tipos de pronomes: os pessoais e os possessivos. E os

possessivos são considerados derivados dos pessoais e por isso receberam designação de pronomes, ainda que a rigor não se enquadrem na definição, porque não são usados em lugar de outro termo; apenas estabelecem uma relação de posse de algum objeto com uma pessoa do discurso. Têm, portanto, conteúdo semântico específico dentro do sistema, diversamente dos pronomes pessoais, cujo conteúdo significativo só se define no contexto *hic et nunc*.

Entretanto, o conceito de possessivo é amplo nas gramáticas gregas, como se pode ver no estudo do nome em Dionísio Trácio (cap.12) Em 12,22 considera o possessivo como um “nome derivado”:

Κτητικὸν δὲ ὅστις τῷ —πῖ τ—ν κτῆσιν πεπτωκῶφ, ἰμπεριελημῖνου τοῦ κτῆτοροφ, οἷον Νηλεῖοι ἱπποὶ, Ἐκθρεοφ χιτῖν, Πλατωνικὸν βιβλίον.

Possessivo é o derivado pela idéia de posse, incluindo-se o possuidor, como “cavalos de Nereu”, “a veste de Heitor” e o “livro de Platão”.

Como se vê, os tratadistas gregos aplicavam o termo κτητικῶφ (“possessivo”) a outras expressões além das formas ditas “pronominais”, fato que não se verifica nas gramáticas modernas. Assim, os citados nomes possessivos expressam a idéia de posse tão bem quanto o genitivo ou os ditos pronomes derivados possessivos. Semanticamente, porém, nem sempre a idéia de posse é bem clara nesses derivados. Nas línguas românicas, em geral expressa-se essa idéia através de locuções, formadas com a preposição *de*, diacronicamente mais ligadas à expressão do genitivo. No plano significativo, porém, essas locuções podem expressar outras idéias, em que a idéia de posse se dilui bastante.

De qualquer forma, na primeira gramática do Ocidente encontram-se apenas essas duas classes de pronomes, pessoais e possessivos; aqueles ditos primitivos e esses, derivados. Apenas isso. Não são considerados pronomes as outras classes assim designadas em nossas gramáticas: interrogativos, indefinidos, demonstrativos e relativos. Não que Dionísio os desconhecesse, mas considera-os espécies do nome. Como exemplo, vejamos o que se encontra na Τετῶν Γραμματικῶν» (12,13) sobre os indefinidos:

Ἀφοριστὸν δεφ εφστι το; τῶ/ εφρωτηματικῶ/ εφναντιῶ
ν λεγομενον, οἷον οἱστιν, οθποιεον ὀθποσοον, οθπηλικον

Indefinido é o nome dito opostamente ao interrogativo, como “qual”, “de que tipo”, ou “quanto”, “ de tal quantidade”, ou “de qualquer idade”, “quão grande”.

Preterindo outras considerações menos pertinentes, como a definição bastante obscura (o que significa “dito opostamente ao interrogativo?”), importa observar que o indefinido aqui é considerado como nome e não como pronome; da mesma forma são considerados os relativos (αφραφορικων, δεικτικων ou αφνταποδοτικων [“correlativo”]); os interrogativos (εφρωτηματικων, πευστικων [“inquisitivo”], 12,12). Em nenhum desses casos se fala de pronome, pois de fato não se enquadram em sua definição, pois não substituem nada nem designam pessoa definida.

Pensam da mesma forma Apolônio Díscolo e Prisciano (séc. VI d.C.). Contudo, tendo já de onde partir, sempre acrescentam algumas observações enriquecedoras; assim, Apolônio Díscolo atentou para o caráter anafórico e dêitico dos pronomes da terceira pessoa, em Περι; συνταξεωv, 8:

Πα-
ρεσπεται και; αφναφορα; κατα; το; τριτων πρωσσοπον, δι η|v
προκατειλεγμενασ οφνοσματα αφναπολουμενα αφντονομα
σζεται.

Esse tópico do Apolônio Díscolo foi apresentado por Prisciano, em latim, da seguinte forma:

Accidit pronomini relatio in tertia persona, per quam praedicta nomina per recordationem pronominantur, id est, per pronomem significantur. (Institutiones Grammaticae, XVII, 56)

Na terceira pessoa, o pronome assume uma relação, pela qual são pronominados os nomes ditos anteriormente, isto é, são indicados pelos pronomes.

Díscolo e Prisciano perceberam o caráter diferente dos pronomes da terceira pessoa, que sempre supõem um antecedente, contrariamente aos das duas primeiras. Implicitamente, afirmam a natureza dêitica ou demonstrativa desses “pronomes”, como o demonstram os correspondentes das línguas românicas, todos provenientes dos demonstrativos latinos. Vejamos o exemplo homérico de Apolônio Díscolo, dado na continuação do texto acima:

Ζευ; ὃ δ' ἔρπει; οὐ .: ν Τρωᾶων τε και; {Εκτορα νηρσι; περ
λασεν (..) αυτο; ὃ δε; παωλιν τρεωπει ο[ρσε φαεινωλ.

**Júpiter, depois de ter levado os troianos e Heitor aos navios (...)
(ele) mesmo desviou novamente os olhos brilhantes.**

Ora, αὐφτοωᾶ correspondente ao ‘ipse’ latino e é apenas uma partícula de reforço, com conteúdo semântico próprio e natureza anafórica e relativa, como afirmam Apolônio e Prisciano. Mesmo etimologicamente, “relativo” é um decalque de “anafórico” (αφνωᾶ-φορικοωᾶ, lat. *re + lativus*, do verbo *fero, tuli, latum, ferre*, isto é, “que se pode levar para cima”). Sendo dêitico, não é pronomine no sentido estrito, porque tem a função de apontar e estabelecer uma relação entre o antecedente e o conseqüente; com o catafórico (“que aponta para baixo ou para a frente”), o caráter apenas dêitico é mais perceptível, pois não há relação com qualquer antecedente.

De qualquer forma, percebe-se que o conceito de pronomine se vai ampliando, na mesma medida que os elementos fundamentais de sua definição se vão esfumando. Para Prisciano, porém, o relativo tem todas as características essenciais dos pronomes, pois substitui “nomes anteriormente ditos”, estando por isso mesmo perfeitamente definidos. Além disso, ressalta também o aspecto sintático do relativo dentro da estrutura do período, ao afirmar:

In omnibus igitur relativis pronomibus una eademque est oratio ex supra dicto nomine pendens. Licet autem pro relativis pronomibus nomina ponere et orationem mutare. (*Op. cit., ib.*)

Portanto, em todos os pronomes relativos há apenas uma só oração, dependente do nome dito anteriormente. Pode-se, porém, colocar os nomes no lugar dos pronomes relativos e mudar a oração.

Essa análise do conceito de pronomine nos primeiros autores gregos e em Prisciano (que escreveu em latim, mas viveu em ambiente totalmente grego) deixou muito claro que Dionísio Trácio, bem como toda a tradição anterior dos estóicos, consideraram pronomes apenas os pessoais, como primitivos, e os possessivos, como derivados. Observe-se ainda que não se manteve total coerência ao atribuir aos possessivos o caráter de pronomine, segundo a própria definição dada. Cerca de quatro séculos depois, Apolônio Díscolo já considera pronomes também os demonstrativos e os relativos, no que é seguido por seu comentarista e seguidor, Prisciano, do séc. VI. A partir daí, o

quadro dos pronomes foi-se ampliando até chegarmos à confusa e contraditória situação atual, em que se consideram pronomes palavras que não se enquadram de forma alguma em uma definição aceitável.

Em conclusão, esta incursão diacrônica na história dessa parte da terminologia gramatical deixou claro que faltou coerência no enquadramento dos fatos lingüísticos observados com as definições muitas vezes filosoficamente bem elaboradas. A definição de *pronome* constitui um exemplo claro desse processo: Dionísio Trácio legou-nos a formulação, considerando enquadrados nela os pessoais e os possessivos apenas, de modo até certo ponto coerente. Mas as incoerências surgiram logo em seguida. A diversidade dos fatos, as sutilezas de significado não permitem classificações rígidas nem demasiado amplas. Os pronomes são um exemplo acabado desse fato. Plasmado o termo para superar uma dificuldade sintática, dentro da visão bipolar e dicotômica do discurso, lentamente foi sendo usado para rotular todos os fatos lingüísticos que apresentavam, ou se pensava apresentar, semelhanças ou relações semânticas ou sintáticas parecidas, ainda que contradissem algum elemento essencial de sua definição. Extensões e incorporações indevidas e progressivas levaram a considerar pronomes elementos do sistema lingüístico que nada têm de pronome, isto é, não substituem nome algum, mas apresentam conteúdo significativo próprio. Assim, por exemplo, em “Meu carro é este”, é muito mais simples considerar “este” como dêitico apenas, com a elipse do substantivo antes enunciado, do que transformar “este” num pronome; de fato, o demonstrativo mantém seu conteúdo dêitico e não substitui o substantivo, que está apenas elíptico. No estudo da linguagem certamente vale o axioma: “Entia non sunt multiplicanda sine necessitate.” Dêiticos são apenas dêiticos, não substituem a rigor nome algum; o mesmo se pode dizer dos possessivos, dos indefinidos, cuja ordenação lógica se tornou extremamente difícil, porque essa espécie se transformou em verdadeiro quarto de despejo, onde são lançados todos os elementos de difícil classificação.

Procurou-se aqui mostrar as bases filosóficas, bem como os usos, as idas e vindas já nos primeiros séculos da biografia, da história de alguns aspectos da terminologia gramatical e, como exemplo, dos assim chamados pronomes. Percebe-se claramente a necessidade

de um atento e aprofundado reexame da nomenclatura gramatical, levando-se em conta o que a humanidade já acumulou; urge buscar uma nomenclatura gramatical uniforme, transparente, coerente e de fato científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AMADOR, E. MARTÍNEZ – *Diccionario Gramatical*. Barcelona: Ramóns Sapena, 1954.
- BAILLY, A. - *Dictionnaire Grec-Français*. 6^e éd. Paris: Hachette, 1950.
- BASSETTO, Bruno Fregni. *A Parassíntese: Teoria e Prática*. Essen, Die Blaue Heule Verlag, 1993.
- BENVENISTE, É. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Ed. Nacional / EDUSP, 1976.
- BRUGMANN, K. und DELBRÜCK, B. *Vergleichende Grammatik der Indogermanischen Sprachen*. Leipzig, 1930, 4 Bände.
- CHANTRAINE, P. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque*. Paris: Klincksieck, 1980, 2 vol.
- ERNOUT, A. et MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. 4^e éd. Paris: Klincksieck, [s/d.?).
- HAMMOND, N.G.L. and SCULLARD, H.H. - *The Oxford Classical Dictionary*. 2^a ed. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- KEIL, H. *Grammatici Latini*. Lipsiae: Aedibus B. G. Teubneri. 1866, 6 vol.
- . *Grammatici Graeci*. Reimp. Leipzig: Teubner, 1965.
- LALLOT, J. *La Grammaire de Denys le Thrace*. Paris: CNRS, 1989.
- MEYER-LÜBKE, W. *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. 5^e Auflage. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1972.
- STEPHANUS, H. *Thesaurus Graecae Linguae*. Parisiis: Instituti Franciae Typ., 1865, 8 vol.
- UHLIG, G. *Dionysii Thracis Ars Grammatica*. Lipsiae: Aedibus B. G. Teubneri, 1883.
- UHLIG, G. *Apollonii Dyscoli De Constructione Libri Quattuor*. Lipsiae: Aedibus B. G. Teubneri, [s/d.?).